



# JOURNAL Moçambique

Director: **JOÃO MANASSES** • Nº 163 • Quarta-Feira, 21 de Setembro de 2016 • [www.portaldogoverno.gov.mz](http://www.portaldogoverno.gov.mz) • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



## NYUSI GARANTE SER SEGURO INVESTIR EM MOÇAMBIQUE

Pág. 3



### PRODUÇÃO DE CEREAIS

Governo aprova projecto de transferência de tecnologias

Pág. 2



### EXPLORAÇÃO DE GÁS NATURAL

Moçambique poderá beneficiar da experiência do Reino Unido

Pág. 7



### BREVEMENTE

Moçambique poderá albergar um parque industrial chinês

Pág. 12

## Produção de cereais

# GOVERNO APROVA PROJECTO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS



O executivo moçambicano aprovou um projecto de investigação e transferência de tecnologias para aumentar a produção e a produtividade

agrícolas no país. Trata-se de uma iniciativa virada à produção das culturas de arroz, milho e trigo em seis províncias do país, a partir de pólos criados para o efeito.

A aprovação deste projecto de

produção de cereais no país é importante para aumentar a capacidade produtiva e reduzir a importação de cereais.

Segundo o porta-voz do Conselho de Ministros, Mouzinho Saide, que falava à imprensa,

esta terça-feira, após mais uma sessão ordinária, o projecto visa reforçar as acções de investigação, transferência de tecnologias, formação e capacitação de recursos humanos para melhor intervenção na cadeia de produção das culturas de trigo, arroz e milho.

Saide explicou que para a materialização do projecto serão estabelecidos seis pólos nas províncias de Gaza, Manica, Sofala, Tete e Nampula, sendo que a sua implementação será coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional, através dos Centros de Investigação e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento Comunitário.

O porta-voz do Conselho de Ministros referiu que para a implementação do projecto foram aplicados mais de 20 milhões de dólares para o período 2014-2018.

## Situação de emergência no país



Porta-voz do Conselho de Ministros, Mouzinho Saide

Na sessão desta terça-feira, o Governo apresentou informação sobre a situação de emergência no país, referente ao período entre 28 de Agosto findo e 19 de Setembro corrente.

Mouzinho Saide referiu que em Agosto foi feita uma avaliação da segurança alimentar e nutricional, que abrangeu 108 distritos do país e mais de cinco mil agregados familiares.

A fonte explicou que a disponibilidade de alimentos em resultado das colheitas é de 93% no Niassa, 87% em Cabo Delgado, 78% em Nampula, 77% na Zambézia e 85% em Manica. Apontou, no entanto, que a disponibilidade de alimentos nas outras províncias é reduzida, sendo Tete com 33%, Inhambane com 42%, Sofala com 46%, Gaza com 25% e Maputo província com 17%, e cidade de Maputo com 15%.

Em termos gerais, segundo Saide, a situação tem estado a melhorar sendo que, de Maio a Agosto últimos, o número de pessoas que enfrentam fome reduziu de mais de um milhão e meio, para um milhão e quatrocentas mil.

O porta-voz do Governo afirmou, por outro lado, que a desnutrição aguda em crianças afecta mais as províncias da Zambézia, Nampula e Cabo Delgado e Sofala.

Mouzinho Saide referiu que as províncias de Gaza e Maputo têm vindo a registar chuva fraca a moderada nos últimos dias.

Por outro lado, o porta-voz do Conselho de Ministros assegurou que continuam as actividades de assistência humanitária, prevendo-se que sejam abrangidas mais de 800 mil pessoas ainda este mês.

## Outros temas aprovados

O Conselho de Ministros apreciou o decreto que aprova o Estatuto Orgânico da Autoridade Nacional de Educação Profissional.

A Autoridade Nacional de Educação Profissional é uma pessoa colectiva de direito público,

dotada de personalidade jurídica e de autonomia técnica, administrativa e financeira, através da qual o Governo implementa e regula a educação profissional com o envolvimento de parceiros sociais da educação profissional, em especial

os provedores de serviços, os representantes dos empregadores, dos trabalhadores e da sociedade civil.

Apreciou, ainda, a resolução que cria entrepostos comerciais de diamantes, metais preciosos e gemas nas cida-

des de Maputo e Nacala, assim como a resolução que delega competências à Comissão Interministerial da Reforma da Administração Pública (CIRAP) para aprovar Estatutos Orgânicos dos Ministérios, Institutos e Fundos Públicos.

# NYUSI ASSEVERA QUE É SEGURO INVESTIR EM MOÇAMBIQUE



PR Nyusi, recebido pela directora geral de FMI, Christine Lagarde, nos EUA

O Presidente da República, Filipe Nyusi, incentiva os empresários norte-americanos a investirem cada vez mais em Moçambique, garantindo que investir no país não constitui nenhum risco.

Nyusi, que falava segunda-feira num encontro com o Business Council for International Understanding, em Nova Iorque, disse que o ambiente político em Moçambique é estável, em geral, e que de 1994 a

esta parte o país vem realizando eleições pacíficas.

"Moçambique está aberto ao negócio e deseja que todo o mundo possa explorar as oportunidades que oferece", afirmou. Exortou aos empresários norte-americanos e moçambicanos a identificarem oportunidades e estabelecerem parcerias para desenvolverem negócios em vários sectores de actividade com enorme potencial como agricultura, agronegócio, recursos minerais, transportes,

turismo, infra-estruturas, banca, seguro, entre outros.

Para incentivar investidores nacionais e estrangeiros, Nyusi explicou que o quadro legal para o sector de mineração e hidrocarbonetos foi objecto de revisão e a legislação de parcerias público-privadas no país é favorável.

Aliás, a descoberta de gás natural em grandes quantidades coincidiu com o anúncio da Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas, que considera Moçambique um país em conformidade.

"Isso orgulha-nos", disse Nyusi.

Todo este exercício, explicou, visa criar confiança junto dos investidores interessados em operar no país.

Acrescentou que o país é signatário de acordos para a promoção e protecção de investimentos com vários países, incluindo os EUA, China, entre outros.

"Os negócios dos Estados Unidos da América em Moçambique estão a multiplicar", disse.

Em 2015, mais de 23 biliões de dólares foram cumulativamente investidos em projectos desenvolvidos no país, com o sector de energia a ter maior quota no investimento total, com 27 por cento.

Neste sector energético, a maior parte permanece inexplorado e, para inverter este cenário, segundo Nyusi, estão em carteira alguns projectos, incluindo a construção da barragem de Mpanda Nkwa, na província central de Tete.

Esta barragem, que pode ser construída dentro de quatro a cinco anos, pode adicionar 1.500 MW a capacidade total de energia para 4.000 MW, o que contribuirá para suprir a crise de energia que, além de Moçambique, afecta outros países da região da África Austral.

O estadista moçambicano considerou



produtivos os encontros que manteve a nível político e económico, destacando que isso encoraja o governo a trabalhar no sentido de apoiar as empresas para investirem no país. "Estamos no lugar certo para busca de parcerias", afirmou. No quadro da diplomacia económica, Nyusi recebeu em audiência o presidente executivo da Exxon Mobil, Rex Tillerson. À saída do encontro, Tillerson

disse que há grande interesse da companhia norte-americana em realizar suas operações em Moçambique depois de ter sido concedida duas licenças para a pesquisa de hidrocarbonetos próximo do Delta do Zambeze e outra próxima de Angoche, na província setentrional de Nampula. A fonte afirmou que a sua empresa está ansiosa em realizar o trabalho.

"É claro que há alguns desafios, mas por aquilo que vimos o país tem muita esperança. Há muita coisa que vai ser feita e nós pensamos que o país tem um futuro risonho. Há-de haver um dia para sorrir", disse. Refira-se que a Exxon Mobil também está a negociar a aquisição de uma participação no consórcio liderado pela ENI na Área 4 da Bacia do Rovu-

ma, ao largo da costa de Cabo Delgado, onde a multinacional italiana descobriu mais de 85 triliões de pés cúbicos de gás natural. Fontes próximas das negociações disseram a agência de notícias Reuters, em Agosto último, que o acordo já foi concluído mas que poderá levar alguns meses para o seu anúncio formal a pedido expresso da Exxon.

## CONTACTOS DIPLOMÁTICOS COM LÍDERES MUNDIAIS

Filipe Nyusi, de visita a Estados Unidos de América, está a manter contactos diplomáticos com líderes mundiais, tendo já se reunido com o seu homólogo português, Marcelo Rebelo de Sousa, e com a Secretária-geral da Commonwealth, a Baronesa Patricia Scotland, a margem da sua participação na Plenária do debate anual da 71ª Sessão da

Assembleia Geral das Nações Unidas, em curso em Nova Iorque, na sede da ONU. Os encontros realizados no quadro da diplomacia paralela, caracterizada por encontros bilaterais com outros líderes e representantes de organizações regionais e internacionais, têm servido para a partilha de informação sobre cooperação bilateral, desenvolvimento e agenda internacional.



# GOVERNO PROMOVE USO DO BI BIOMÉTRICO

- Actualmente, seis milhões de moçambicanos possuem este documento



Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional, Jorge Nhambiu

O governo moçambicano está a estudar formas de promover o uso do Bilhete de Identidade (BI) biométrico, para permitir que todos os cidadãos tenham acesso a este documento electrónico, cuja utilização é tida como vantajosa, particularmente no que diz respeito à segurança e ao projectado desejo de agregar vários documentos como carta de condução, passaporte, seguro social, assistência médica, cartão de eleitor, entre outros.

Assim, tal como explicou, esta segunda-feira, o Director Nacional de Identificação Civil, Domingos Jofane, o BI biométrico é um documento válido para a obtenção de outros documentos, como é o caso do passaporte.

Domingos Jofane falava, há dias, na abertura da oitava Conferência Internacional sobre Identificação Electrónica (eID Conference, em inglês) em Maputo. Foi a primeira vez que um evento desta natureza foi realizado em África.

Segundo Jofane, mesmo para recém-nascidos, o BI biométrico é fundamental para a obtenção do passaporte, numa altura em que já não é necessário anexar uma foto da criança no passaporte dos progenitores para efeitos de viagem ao estrangeiro.

Outras formas de facilitar o acesso ao Bilhete de Identidade biométrico, como brigadas móveis nas comunidades, empresas e mercados têm sido levadas a cabo nos últimos anos, estratégia que, segundo a fonte, reduziram enchentes nos locais de ob-

tenção deste documento, mas também servem para promover o seu uso, rumo ao processo de digitalização.

"Um dos nossos desafios é fazer com que todos tenham o BI biométrico, que é fiável e seguro", referiu Jofane, para quem, com este tipo de BI, dentro de algum tempo, vai se dispensar o preenchimento de formulários para a obtenção de passaporte, por exemplo.

Entretanto, apesar dos esforços de promover o uso do BI biométrico no país, o número de moçambicanos que possuem este documento é ainda reduzido.

Neste momento, segundo o Director Nacional de Identificação Civil, cerca de 6 milhões de pessoas possuem BI biométrico, dos cerca de 26 milhões de moçambicanos, desde a sua introdução no país,

em 2009.

Jofane afirmou, no entanto, ser difícil apurar o número exacto de moçambicanos que ainda não possuem o BI, mas assume serem muitos.

"Não é fácil sabermos quantos ainda que não têm o bilhete de identidade, porque há situações de moçambicanos que nunca foram registados", explicou a fonte, acrescentando haver cidadãos que ainda usam o BI antigo, sobretudo os vitalícios.

Domingos Jofane destacou que o Governo não estabeleceu um prazo para o fim de validade do BI antigo mas a sua utilização tem várias vantagens.

"Diversos serviços hoje exigem que as pessoas apresentem o Bilhete de Identidade biométrico por ser fiável e seguro, sendo, por isso, que os

cidadãos sentem-se obrigados a procederem à troca do anterior BI pelo novo", afirmou.

No entanto, Jofane apontou que a introdução do cartão único no país, que poderá agregar o actual BI, cartão de eleitor, passaporte, cartão de trabalho, entre outros documento não tem data marcada.

Por outro lado, a fonte referiu que com o novo BI é fácil detectar falsificações ou casos de atribuição ilegal deste documento a estrangeiros ilegais.

"Há um trabalho de verificação dos dados no sistema para detectar os que obtêm o BI de forma fraudulenta e estamos a apanhar muitos, incluindo os funcionários implicados" referiu a fonte, salientando que, neste momento, pelo menos quatro funcionários foram penalizados.

Em relação às queixas de morosidade na emissão do BI, o Director Nacional de Identificação Civil explicou que a situação deve-se ao facto de alguns cidadãos apresentarem documentos com indício de viciação, o que, segundo ele, dificulta o trabalho dos funcionários.

"Isso acaba fazendo com que o documento demore", indicou Jofane, exemplificando haver situações de cidadãos que mudam um dos nomes e quando os funcionários comparam com os outros registos oficiais notam que a identidade não confere, o que torna o processo moroso.

Na oitava Conferência Internacional sobre



Identificação Electrónica participaram mais de 150 especialistas de vários países, para discutir os desafios relativos à documentação electrónica e trocar experiências.

O Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional, Jorge Nhambiu, defendeu, na abertura do evento, que o governo está a trabalhar para digitalizar o sector de identificação civil, tendo, para o efeito, convidado instituições dos sectores público, privado e

de ensino para contribuírem com ideias e acções que permitam a materialização deste desiderato.

Segundo Nhambiu, Moçambique possui instrumentos legais que contribuem para a criação de confiança nas empresas com potencial para investir nesta área e motivação para as instituições que estejam a desenvolver sistemas de governo electrónico, no geral, e ligadas aos sistemas de registo e identificação civil, em particular.



Director Nacional de Identificação Civil, Domingos Jofane



PROPRIEDADE DE:  
GABINETE DE INFORMAÇÃO

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,  
Nº 780, 1º andar  
email: [jornalmocambique@gmail.com](mailto:jornalmocambique@gmail.com)

#### FICHA TÉCNICA:

Registo Nº 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: João Manasses

Coordenador Editorial: Mendes José +258 84 34 54 000

Redacção: Brígida Herinques, Elisete Muiambo, Mavildo Pedro, Leonildo Balango

Revisão: Marcelino Mahanjane

Maquetização: Januário Magaia



## Exploração de gás natural

# MOÇAMBIQUE PODERÁ BENEFICIAR DA EXPERIÊNCIA DO REINO UNIDO



Enviado Comercial da Primeira-Ministra britânica, Richard Benyon saudando Primeiro Ministro moçambicano, Carlos Agostinho do Rosário

O Reino Unido está interessado em apoiar Moçambique na transmissão de experiência relativa à exploração do gás natural que possui e no uso dos recursos provenientes desse processo para o desenvolvimento do país, tal como explicou, há dias, Richard Benyon, Enviado Comercial da Primeira-Ministra britânica, Theresa May. Richard Benyon falava à imprensa, em Maputo, depois de ter sido recebido em audiência pelo Primeiro-Ministro moçambicano, Carlos Agostinho do Rosário, no término de uma visita de cerca de uma semana que efectuou ao país.

O Enviado Comercial da Primeira-Ministra britânica visitou diversas infra-estruturas e projectos em vários pontos do país. Richard Benyon destacou que Moçambique tem reservas de

gás natural que podem alavancar a economia nacional, sendo que o seu país está disposto a transmitir a experiência que possui nos processos de exploração, refinação e comercialização de hidrocarbonetos.

O Reino Unido, particularmente a Escócia, tem uma experiência no sector de petróleo que, apesar de enfrentar a crise ligada à queda do preço do barril, tem sabido ultrapassar o cenário. É esta experiência que o responsável promete partilhar com o país, assim como ajudar a ultrapassar a actual situação que Moçambique enfrenta, nomeadamente, as questões de conflito militar e a crise financeira.

“Tive um encontro produtivo com o Primeiro-Ministro. Falámos das dificuldades e desafios que Moçambique está a experimentar. O Reino Unido quer trabalhar com Moçambique para

que essas dificuldades sejam ultrapassadas e partilhar o seu conhecimento na exploração das reservas de gás natural”, explicou o responsável.

Segundo Benyon, o Primeiro-Ministro moçambicano reiterou que o país dispõe de potencial de investimentos industriais, especialmente nas zonas francas para as empresas britânicas.

Referiu que existem outras áreas potenciais para o investimento britânico, como é o caso de recursos humanos, educação e desenvolvimento humano e comércio.

Porém, para que estes investimentos fluam, segundo a fonte, há necessidade de garantir estabilidade política e económica.

“A estabilidade económica é essencial para que haja desenvolvimento”, defendeu Richard Benyon, para quem a estabilidade política, segurança e a

área financeira são também fundamentais.

Por esta razão, Benyon encorajou o governo moçambicano a concentrar esforços para garantir a paz, segurança e estabilidade no país.

No seu entender, Moçambique goza de um espaço privilegiado para alcançar sucessos mas, segundo ele, “um sucesso que não pode ser quantificado por depender de outros elementos”, como é o caso dos preços de mercadoria no mercado internacional.

Em Maputo, Richard Benyon manteve, igualmente, encontros com representantes da Rede de Negócios Britânicos em Moçambique, composta por mais de 80 empresas e com representantes de empresas que operam nos sectores de petróleo e gás, exportações e importações, zonas económicas especiais, entre outras.

Para melhorar condições de vida

## POPULAÇÃO DE PALMA FOCADA NO AUMENTO DA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Os residentes do distrito de Palma, no norte da província de Cabo Delgado, estão focados no aumento da produção e da produtividade de modo a garantir produtos suficientes para o auto-sustento, processamento e comercialização e, conseqüentemente, melhorar as suas condições de vida. Em cumprimento das orientações do Chefe do Estado, Filipe Nyusi, face à conjuntura que o país atravessa, "a população não deve distrair-se nem fragilizar-se na sua vontade de continuar a produzir, pois só teremos emprego através do aumento da produção e da produtividade" anotou, em entrevista ao nosso jornal, o Secretário Permanente deste

distrito, Diamantino Abdala, alertando que Palma precisa de acelerar a formação dos cidadãos, porque, segundo ele, ler, escrever e expressar-se na língua oficial facilitam o acesso ao emprego. Segundo a fonte, são vários os desafios que o distrito de Palma enfrenta, particularmente a melhoria da qualidade de ensino, vias de acesso, processamento de cereais, entre outros. Em busca de mecanismos para ultrapassar estes desafios, foi realizada, nos finais de Agosto findo, uma reunião distrital envolvendo líderes comunitários, chefes dos postos administrativos, cidadãos influentes e membros do Governo distrital para reflectir em torno do aumento das áreas de cultivo. "Como sair de um hectare e

passar a produzir em dois, três ou dez hectares? Que entrosamento deve ocorrer entre o Governo e as lideranças locais? Que apoio é que o governo pode dar?", Problematicou Abdala, no âmbito deste encontro.

O Secretário Permanente do distrito de Palma referiu que existem alguns tractores para alavancar a produção, destacando, no entanto, que os extensionistas precisam de meios de transporte para estarem próximos do produtor e partilharem experiências e perspectivas de modo a ter-se uma visão comum para o alcance das metas de médio e longo prazos: melhorar as condições de vida da população, aumentar a renda familiar e a comercialização agrícola. A fonte afirmou que há ne-

cessidade de se aumentar as unidades de processamento de cereais como arroz e milho, bem como de empreender esforços para adquirir processadoras de mandioca e da castanha de caju, que Palma é potencial produtora. Estes produtos são vendidos nas cidades de Pemba e Nampula. No contexto do incremento da produção de hortícolas, os resultados sugerem que o distrito tenha processadoras de tomate para a sua conservação e posterior venda em calda. O Secretário Permanente de Palma apontou, também, a existência de dois tractores, dos quais um foi alocado aos camponeses e outro, que deve ser reposto, de modo a responder aos desafios do sector, no contexto do aumento das áreas de cultivo.





No que tange à contenção dos efeitos da crise económica que afecta o país desde o ano passado, o governo de Palma decidiu produzir mais alimentos e, para isso, todos devem aumentar as áreas de cultivo, incluindo os funcionários do Estado.

"Nós, membros do governo do distrito de Palma, abrimos uma machamba de 22 hectares no posto administrativo de Pundanhar, para produzir hortícolas e outras culturas da segunda época", explicou Diamantino Abdala.

## Controlar e reduzir gastos na Função Pública

Uma das formas de contrariar a crise financeira que abala o país e, sob orientação do governo central, Palma, também, tem vindo a obedecer a regra segunda a qual "controlar e reduzir os gastos com consumíveis como papel, energia e uso de telefone para minimizar o impacto da crise".



A estas medidas, associam-se as missões para as comunidades, que devem ser planificadas e feitas de forma integrada, o que permite uma avaliação e monitoria conjunta.

"Quanto mais se poupa em reparações de edifícios, maior possibilidade se tem de empregar ao orçamento actividades que aproximam os extensionistas aos produtores", explicou a fonte.

## Melhorar vias de acesso para estimular desenvolvimento

E, porque as vias de acesso são determinantes para o desenvolvimento das actividades económicas, com o apoio de parceiros melhorou a via que liga a sede distrital à zona baixa, onde se concentram os

pescadores.

Trata-se de uma importante via para o escoamento do pescado para os locais de comercialização mas também para os pontos de armazenamento e conservação.

A estrada havia sido destruída pela chuva registada nos meses de Março e Maio últimos.

Está, também, em reabilitação a estrada que liga a sede do distrito ao posto administrativo de Olumbe, ficando por fazer intervenção na via que liga a sede do distrito aos postos administrativos de Quionga e Namoto, junto à fronteira com a vizinha Tanzania através do rio Rovuma, consideradas estratégicas do ponto de vista sócio-económico.

## Educação abaixo das expectativas

Um dos aspectos que não responde às expectativas das autoridades de Palma é o sector da educação, sobretudo na aldeia Nsangue, onde muitas crianças não sabem ler, escrevem nem se expressar na lín-



gua oficial do país, português. A situação explica-se, alegadamente, pelo facto de a maioria da população dedicar-se, somente, à actividade pesqueira e ao comércio informal.

"Inicialmente pensámos que fossem só as crianças do litoral ou das aldeias dos pescadores que não estudam mas é a maioria das crianças do distrito, e isso inquieta qualquer adulto comprometido com o processo educativo", reconheceu Diamantino Abdala, para quem "seria óptimo que todas as crianças se comunicassem na língua oficial".

Segundo a fonte, a criança precisa de crescer num ambiente em que se comunique na língua oficial e que saiba valorizá-la, por ser um instrumento de aquisição de cultura, de trabalho e não só. A criança deve conhecer o valor e o impacto da língua, daí a preocupação em envolver os pais no processo educativo, para que ela

possa aprender a ler e a escrever mesmo na língua materna.

Abdala considera que o uso de línguas maternas na educação cria alicerces que propiciam boa aprendizagem da língua segunda, contribuem para o desenvolvimento cognitivo e propicia a aprendizagem, todavia, mesmo as madraças (escola muçulmana) frequentadas pelas crianças do litoral, e não só, não ensinam a escrever nas línguas maternas.

A nossa fonte referiu que no distrito de Palma são reportados casos de desistência de alunos das aulas, chegando, os professores, a leccionarem em turmas com menos de 10 alunos. "Em 2017, queremos um cenário diferente. Doravante, temos que dividir as responsabilidades. Preparar os jovens para acederem os postos de trabalho com uma visão futurista de que as crianças possam ser os engenheiros do amanhã", referiu Diamantino Abdala, para

quem os anos escolares iniciam com números bons mas, a partir da 6ª e 7ª classes, a pirâmide inverte.

Diamantino Abdala apontou que associado às desistências há falta de professores. Explicou, por exemplo, que dos 30 candidatos com formação psico-pedagógica recrutados este ano, 22 dos quais não se apresentaram no distrito.

Diamantino Abdala falou de um plano de orientar formação profissional para os jovens de Palma, para responder às necessidades de projectos de exploração de gás natural no distrito e estejam preparados para realizar actividades de construção civil, carpintaria, serralharia, entre outras. Referiu que está, também, em vista um plano de adopção de metodologias de alfabetização de adultos, a ser levado a cabo pela organização Progresso em oito comunidades, para elevar os níveis de ensino da população.

## Diálogo Político

# COMISSÃO MISTA DISCUTE ENQUADRAMENTO DOS HOMENS DA RENAMO NAS FDS

A Comissão Mista envolvida no diálogo político em curso no país entre as delegações do Governo e da Renamo, deu início, esta segunda-feira, em Maputo, à discussão do terceiro ponto da agenda, concretamente o enquadramento dos homens deste partido da oposição nas diversas especialidades das Forças de Defesa e Segurança, nomeadamente, Forças Armadas, Polícia da República de Moçambique e Serviço de Informação e Segurança do Estado.

Depois de cerca de duas semanas de interrupção do diálogo, em virtude dos membros da equipa de mediadores terem regressado aos seus países, o processo retomou esta segunda-feira, sem, no entanto, terem sido alcançados consensos nos dois pontos antes discutidos.

O primeiro ponto da agenda na mesa do diálogo está relacionado com a exigência

da Renamo de governar seis províncias, nomeadamente, Niassa, Nampula (norte do país), Zambézia, Tete, Manica e Sofala (centro), onde reivindicava vitória nas eleições gerais de 2014. Sobre este ponto, está a ser elaborado um pacote legislativo, cujo conteúdo não foi revelado, a ser submetido à Assembleia da República (AR) antes do mês de Novembro.

O segundo ponto da agenda diz respeito ao processo de descentralização das instituições do Estado e tem como objectivo a defesa dos interesses nacionais e salvaguarda dos princípios e regras de um Estado de Direito.

O debate do ponto sobre a desmilitarização da Renamo não foi aprofundado, sendo o avanço depende das outras questões na mesa de diálogo. Falando à imprensa, esta segunda-feira, minutos após o término da reunião, o porta-voz da Comissão Mista, Jacinto Veloso, que é, também, chefe da delegação do Gover-

no, explicou que no terceiro ponto, a Renamo alega que pretende corrigir alegadas irregularidades cometidas na implementação do Acordo Geral de Paz, assinado em Roma (Itália), em 1992.

Assim, segundo Veloso, a Renamo deverá apresentar, nos próximos dias, propostas para a rectificação de alegadas irregularidades.

"Ficou, a delegação da Renamo, de apresentar uma proposta do modelo de rectificação de eventuais irregularidades e erros de aplicação do acordo para a integração, reintegração ou confirmação da integração de elementos deste partido, em particular, nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique", apontou Veloso.

A Renamo alega que após os Acordos de Roma, houve, apenas, a integração simbólica nas FADM e não na PRM e SISE.

Segundo o chefe da delegação do Governo no diálogo político, a implementação das

eventuais propostas da Renamo deverá observar as Leis referentes à defesa de todos os moçambicanos, sem excepção de etnia, filiação partidária ou religiosa.

Jacinto Veloso explicou que um dos princípios estabelece que as FDS devem "em todas as suas acções, defender o interesse nacional do Estado, o interesse de todos os moçambicanos".

O segundo princípio refere que as FDS são apartidárias e que devem abster-se de atitudes que possam provocar danos ao país.

A Comissão Mista volta a reunir-se esta quarta-feira, numa sessão em que deverá participar um especialista em descentralização, que foi convidado para proferir uma palestra sobre a matéria, o que poderá ajudar a elucidar as partes envolvidas no diálogo político sobre possível saída da situação de tensão em que o país se encontra.



Para promover trabalho digno

## VITÓRIA DIOGO DEFENDE ALIANÇAS ESTRATÉGICAS ENTRE SINDICATOS



Ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogondo

A Ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo, defende a projecção de alianças estratégicas a nível dos sindicatos, com o propósito de promover e incrementar o diálogo social nas empresas e garantir um trabalho digno.

A governante falava, há dias, em Maputo, na conferência regional para África e Médio Oriente da Confederação Internacional dos Trabalhadores

da Construção, Madeira e Florestas (CITCMF).

Na abertura do evento, Vitória Diogo destacou que os desafios colocados pela internacionalização das economias implicam que o movimento sindical se reinvente e se afirme a todos os níveis, enquanto actor social capaz de desenhar novas estratégias de actuação face à constante complexidade dos processos económicos, políticos, sociais e culturais do mundo em que vivemos, que se reflecte no mercado do tra-

balho, em geral, e no trabalhador, em particular.

A dirigente referiu os empregadores devem ter em conta a higiene e a segurança no trabalho, uma medida que, segundo a governante, poderá reduzir os acidentes de trabalho no ramo da construção civil e em outras áreas.

"O movimento sindical em geral e a Federação Internacional dos Trabalhadores da Construção, Madeira e Florestas e filiados, a níveis local e regional, continuam com o desafio de contemplar, nas respectivas agendas, a temática de higiene e segurança no trabalho e de redução da sinistralidade no sector de construção civil, com permanentes acidentes laborais", venceu a Ministra.

A governante apontou que os sindicatos devem incluir matérias como meio ambiente, ecologia e economia verde, no âmbito da exploração sustentável dos recursos florestais, sem deixar de proteger os trabalhadores envolvidos no processo.

A nível mundial, existem cerca de 12 milhões de trabalhadores no sector de construção, madeira e florestas e, quase com frequência, clamam pela melhoria das condições de trabalho.

Num mundo cada vez globalizado, segundo Vitória Diogo, a formação e a capacitação profissionais são cruciais para a incorporação de novos conhecimentos e competências, pois só com o conhecimento é que "podemos fazer a diferença e participar activamente no desenvolvimento inclusivo e sustentável nos nossos paí-

ses".

Vitória Diogo afirmou que os sindicatos, através da negociação colectiva, com base na sua experiência podem desempenhar um papel importante no desenvolvimento das empresas, contribuindo para que estas sejam sustentáveis. Tudo isto pode ser possível "através do incentivo à cultura de trabalho, ao aumento da produção e da produtividade, à melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e à melhoria da qualidade dos produtos e serviços prestados aos clientes", venceu a dirigente.

Na sua intervenção, o secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil, Madeiras e Minas de Moçambique (SINTICIM), Jeremias Timane, afirmou que as entidades empregadoras devem negociar com os sindicatos formas de celebrar acordos colectivos.

A fonte, que falava à imprensa, momentos após a abertura do evento, explicou que os acordos colectivos servem de plataforma para paz e estabilidade industrial.

"Permitem, também, um diálogo pacífico e a resolução que preconiza caminhos para a materializar os objectivos da produção e da produtividade", explicou Timane.

Segundo o sindicalista, mais de 10 mil trabalhadores ficaram desempregados, nos últimos cinco anos em Moçambique, devido à crise económica mundial e à tensão político-militar que se vive em alguns pontos do país.



## Brevemente

## MOÇAMBIQUE PODERÁ ALBERGAR PARQUE INDUSTRIAL CHINÊS



Embaixador sul coreano, Kim Hueng Sóo, saudando o PM



Embaixador chinês, Su Jian, saudando o PM

**M**oçambique poderá albergar, nos próximos meses, um parque industrial chinês que vai servir para reforçar a produção nacional, estimular as exportações, bem como acelerar a transferência de tecnologia e linhas de produção de diversos equipamentos e bens.

Embora ainda sem lugar específico para a sua implantação, a infra-estrutura, segundo referiu, esta quarta-feira, o embaixador chinês em Moçambique, Su Jian, faz parte dos planos chineses de continuar a ajudar o país a reforçar a sua produção, através da criação de mais emprego, aumento das exportações e reforço das reservas internacionais.

O dirigente chinês falava a jornalistas momentos após ser recebido em audiência pelo Primeiro-Ministro Moçambicano, Carlos Agostinho do Rosário, no seu Gabinete de Trabalho.

Segundo explicou o embaixador da China em Maputo, o governo moçambicano já preparou várias localizações para o estabelecimento do parque e espera-se que no princípio de próximo ano, o governo chinês envie um grupo de especialistas para preparar o planeamento e localização exacta da área.

"Já podemos convidar empresas chinesas e moçambicanas potenciais para iniciar o trabalho, promover e encorajar empresas chinesas para transferir linhas de produção e tecnologia para Moçambique", disse o responsável.

Em relação às áreas de actuação do parque, a fonte disse que vai depender muito das empresas interessadas em se instalar

nesse parque.

Mas "vamos encorajar empresas chinesas a investir essencialmente nas áreas de turismo, pesca, agricultura, construção civil, indústria e infra-estruturas", explicou. Sobre a audiência concedida pelo PM moçambicano, Su Jian explicou que vinha deixar o convite que o PM chinês endereçou ao seu homólogo moçambicano para participar do Fórum de Cooperação Económico e Comercial da China e Países Lusófonos, a ter lugar próximo mês em Macau.

"A presença de uma delegação oficial de alto nível de Moçambique será importante para o sucesso dessa cimeira", explicou, salientando, por outro lado, que o governo chinês está a implementar os compromissos resultantes da visita do PR moçambicano à China em Maio último.

### AJUDAR A ULTRAPASSAR A CRISE

O embaixador da China em Moçambique explicou que o seu governo está a fazer um grande esforço para ajudar o país a ultrapassar as dificuldades que possui, provendo produtos de primeira necessidade. Além disso, no âmbito da cooperação bilateral, estão a apoiar o país a diversificar a sua economia e os domínios da cooperação. "Essencialmente estamos a disponibilizar fontes de financiamento que não agravam os encargos do governo moçambicano", disse.

Em termos de investimento, a China diz ter aplicado nos últimos anos cerca de 5 biliões de dólares e, segundo estatísticas, no primeiro semestre deste ano, aquele

país nipónico figurou em primeiro lugar em termos de investimento directo estrangeiro em Moçambique.

No que concerne à dívida, a fonte revelou que desde 2001 já foram perdoadas dez verbas de empréstimos sem juros e "recentemente perdoamos cerca de 5 milhões de dólares. Neste momento estamos a preparar mais perdões de dívidas sem juros", referiu o dirigente.

### COREIA DO SUL SATISFEITA COM COOPERAÇÃO COM MOÇAMBIQUE

A Coreia do Sul diz estar satisfeita com o nível de cooperação bilateral com Moçambique, segundo avançou esta quarta-feira o embaixador daquele país em Maputo, Kim Hueng Sóo, falando a jornalistas momentos após ser recebido em audiência pelo Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário.

"Desde o estabelecimento da missão diplomática da Coreia do Sul em Moçambique houve vários progressos no domínio da cooperação entre ambos países e isso nos satisfaz", disse, salientando que Moçambique é rico em recursos naturais e a Coreia é a 11ª economia do mundo.

"Essas duas potencialidades são uma grande oportunidade para os dois países se desenvolverem", referiu.

Em termos de participação no crescimento e desenvolvimento económico de Moçambique, a Coreia do Sul está envolvida em trabalhos de prospecção de gás na área 6 e noutros domínios ligados às áreas da agricultura, infra-estruturas, saúde e educação.